

Despacho n.º 18/2026

Considerando que:

- I.** **Margarida Cecília Pais de Oliveira Carragoso** solicitou ao Presidente do IPV a realização das provas para atribuição do Título de Especialista na área de Contabilidade e Fiscalidade (CNAEF 344);
- II.** De acordo com o artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 206/2009, de 31 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 27/2021, de 16 de abril, e artigo n.º 12.º do Regulamento para Atribuição do Título de Especialista do Instituto Politécnico de Viseu (IPV), aprovado por Despacho do Presidente do IPV, de 1 de junho de 2010 (publicado em Diário da República sob n.º de Regulamento 523/2010, 2.ª série, n.º 111 de 9 de Junho), compete ao Presidente do IPV a nomeação do Júri das provas para atribuição do título de especialista nos casos em que o Instituto se constitui como instituição instrutora;
- III.** Por força dos normativos legais supracitados, concretamente o n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 206/2009, de 31 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 27/2021, de 16 de abril, e alínea a) do n.º 1 do artigo 11.º do Regulamento, o Presidente do Júri é o Presidente do IPV, podendo esta competência ser delegada nos termos do n.º 4 do artigo 12.º daquele diploma e n.º 4 do artigo 13.º do Regulamento.

Pelo presente Despacho:

- Delego a presidência do júri das provas para atribuição do título de especialista na área de Contabilidade e Fiscalidade, no Professor Doutor António Pedro Martins Soares Pinto, Professor Coordenador na Escola Superior de Tecnologia de Viseu.

E

- Designo, para integrarem, como vogais, do mesmo Júri as seguintes individualidades:

- **Carlos Miguel Dias Barros**, Professor Especialista, proposto pelo Instituto Politécnico de Coimbra ao abrigo do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 206/2009 de 31 de agosto, alterado, pelo Decreto-Lei n.º 27/2021, de 16 de abril.

- **Maria de Fátima dos Santos David**, Professora Adjunta, proposta pelo Instituto Politécnico da Guarda ao abrigo do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 206/2009 de 31 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 27/2021, de 16 de abril.

- **Nanja Kroon**, Professora Adjunta, proposta pela Escola Superior de Tecnologia de Viseu ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 206/2009 de 31 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 27/2021, de 16 de abril.

- **Paulo Alexandre Pimenta Alves**, membro da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, proposto pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 206/2009 de 31 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 27/2021, de 16 de abril.

- **João Jorge de Oliveira Rodrigues**, membro da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, proposto pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 206/2009 de 31 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 27/2021, de 16 de abril.

Viseu, 5 de fevereiro de 2026

O Presidente do IPV



Professor Doutor José dos Santos Costa